

QUALIDADE AMBIENTAL DA VILA TURÍSTICA DE PRAIA DO FORTE

Gardênia Oliveira de Azevedo (1); Luiz Roberto Santos Moraes (2)

(1) Mestranda em Engenharia Ambiental Urbana/UFBA; gazevedo@ufba.br

(2) Professor do Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana/UFBA; moraes@ufba.com.br

RESUMO

O estudo tem como objetivo a avaliação da qualidade ambiental urbana da vila de Praia do Forte, localizada no Litoral Norte de Salvador, a partir da análise dos resíduos sólidos urbanos, considerando que a limpeza pública de uma localidade é um requisito indispensável para atrair turistas; e a verificação do que leva os programas vinculados à conscientização da população nem sempre produzem resultados positivos. Para tal, apresenta-se uma caracterização do povoado, a situação da limpeza urbana e as ações implementadas na região. Faz-se, ainda, uma análise, de aspectos que dizem respeito a qualidade ambiental urbana, tais como a ocupação do solo, a degradação ambiental e a exclusão social de parte da população moradora. Como resultado da análise percebe-se que os diversos modos de relação do homem no curso deste período com o espaço natural, posteriormente transformado em espaço urbano, refletiu-se na crescente degradação ambiental; e que houve uma grande mudança na antiga vila de pescadores e com isso a desestruturação da comunidade. A chegada de outras culturas veio interferir bastante nessa comunidade que, na certa, sabia lidar com seus resíduos e tinha sua cultura própria.

Palavras-chave: qualidade ambiental, resíduos sólidos, lixo, limpeza urbana, Praia do Forte.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de qualidade ambiental urbana refere-se às condições ambientais, tanto natural como cultural, resultante da ação do homem no espaço urbano. Isto diz respeito à qualidade de toda a infra-estrutura urbana, aqui entendida como os sistemas em rede, tais como o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem e o sistema viário; e os serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, tais como a coleta, remoção e disposição final do lixo, a moradia, a produção e comercialização de bens e serviços, ou seja, o ambiente urbano construído pelo homem e as consequências resultantes dessa implantação no meio ambiente (ZMITROWICZ, 1997).

BORJA (1998) em pesquisa, utilizando questionário aberto em uma rede de *experts*, sobre os elementos indicadores mais relevantes para a avaliação da Qualidade Ambiental Urbana – QAU, encontra o maior número de indicações para a coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, seguida do abastecimento de água com qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário. Argumenta diante disso, que essa convergência de opiniões deve-se aos baixos níveis de cobertura desse serviço, à má qualidade de sua oferta e ao fato de constituir-se em degradação ambiental o lançamento inadequado dos efluentes e resíduos no meio ambiente.

A qualidade ambiental urbana está relacionada também com a saúde da população e estudo realizado para avaliar o impacto na saúde do acondicionamento e coleta dos resíduos domiciliares “sugerem que tanto medidas de domínio doméstico como o tipo de acondicionamento domiciliar, quanto medidas de domínio público como a prestação de serviço de coleta regular domiciliar dos resíduos sólidos, contribuíram para controlar a transmissão das doenças estudadas, deixando, porém um residual que dependem de outros fatores” (MORAES, 1998).

Pretende-se, assim, avaliar a qualidade ambiental urbana de uma pequena vila turística localizada próxima de Salvador, através da análise da limpeza urbana e, ainda, verificar porque os programas vinculados à conscientização da população não deram resultados positivos, considerando-se fundamental para um empreendimento de tal porte, a necessidade de uma gestão integral e eficiente dos sistemas, priorizando a limpeza da vila como uma ação importante para o sucesso do destino turístico.

A geração de resíduos é um dos graves problemas ambientais que uma localidade tem que conviver e sua solução é um desafio a ser perseguido na busca de novos paradigmas para seu enfrentamento. O lixo é o reflexo da gestão, da educação e nível de renda da população. As características do local e organização do espaço influenciam sobre os custos, o nível do serviço e a produtividade, mas a escolha das técnicas tem também uma relação com essas variações.

Anualmente, a BAHIATURSA realiza a “Pesquisa de Turismo Receptivo” em Praia do Forte, durante uma semana na alta temporada, visando o planejamento de ações para o desenvolvimento do turismo. Nas duas últimas pesquisas (1998 e 1999), destaca-se que os turistas demonstram intenção quase unânime em retornar à Praia do Forte, que os níveis de renda declarados são bastante altos e que a limpeza pública foi o item que mais desagradou aos entrevistados. Como observação dos entrevistados pode-se citar: o cheiro do lixo, a falta de lixeiras na estrada da Praia do Forte, a necessidade de melhoria da limpeza da cidade e das praias e a falta de coleta seletiva (PREFEITURA, 1999).

2. CARACTERÍSTICAS DA VILA E DE SEU AMBIENTE

O povoado de Praia do Forte, pertencente ao município de Mata de São João, até a década de 70, era apenas uma pequena vila de pescadores, que mantinha uma articulação com Salvador através do tráfego de saveiros que chegavam a São Joaquim, visando o escoamento da produção local. O acesso a Praia do Forte é, atualmente, feito pela BA-099, distando de Salvador cerca de 70 quilômetros. Conta atualmente com aproximadamente 2 mil habitantes, que quadruplicam na alta estação, apresentando-se como um dos mais representativos pólos turísticos do estado da Bahia.

O turismo é a mais importante fonte de recursos do município, isto porque seu ecossistema costeiro, de beleza e importância ecológica indiscutível, atrai uma parcela de turistas nacionais e estrangeiros interessados nos aspectos naturais de seu território. Além da própria vila como atrativo, tem-se o manguezal, a área de desova das tartarugas e o projeto TAMAR, as reservas de Mata Atlântica (Sapiranga), dunas e restinga, o rio e lagoa Timeantube, recifes de corais e piscinas naturais e o único monumento quinhentista do gênero no país, o Castelo Garcia D'Ávila, que está sendo restaurado.

2.1. O uso do solo

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Turismo, está na região denominada Costa dos Coqueiros, que se estende de Praia do Forte até Mangue Seco, estando inserida na APA (Área de Proteção Ambiental) Litoral Norte, objeto de um Plano de Manejo (zoneamento

sócio-ecológico), para seu desenvolvimento sustentado, elaborado pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia).

Existem ainda mais duas UNC (Unidade de Conservação de Natureza) no entorno da vila: o Parque Garcia D'Ávila com 7.000ha e sem plano de manejo e a Reserva Particular do Patrimônio Natural de Sapiranga administrada pela Fundação Garcia D'Ávila, com 600ha e plano de ação elaborado.

Para uma rápida idéia de como era Praia do Forte, destaca-se o que historia AZEVEDO (1997): “Hoje, Praia do Forte é uma vila, não mais uma aldeia dentro de uma fazenda; passou a ser distrito de Mata de São João. Deixou de ter o portão na sua entrada, ganhou novas ruas e novos nomes para as já existentes: a Rua da Frente tornou-se Alameda do Sol, a Rua de Trás é hoje a Alameda das Estrelas. Ao redor da vila realizaram-se loteamentos. Na área outrora apenas residencial, construíram-se pousadas, bares, restaurantes, barracas de praia e lojas. Em certa medida, porém foi mantida a rusticidade da vila – as ruas permanecem sem calçamento, a Rua da Frente preserva as suas árvores centrais e a arquitetura desenvolvida atualmente, respeita diversas características da anterior”.

Praia do Forte ainda mantém características rústicas remanescentes da antiga aldeia de pescadores, com detalhes requintados, oferecendo pousadas, bares, barracas de praia, flats, condomínios, escolas. Encontra-se cercada por um loteamento de classe média alta – Aldeia dos Pescadores, constituído de três condomínios, administrados pela Fundação - e nos outros dois extremos estão o mar e a lagoa represada. O seu crescimento está condicionado a densificação da área urbana e a uma pequena parte do loteamento fora da área dos condomínios, que são fechados e controlados.

Destaca-se como característica o crescimento desordenado da ocupação urbana em consequência do fluxo turístico, que se reflete na grande quantidade de pousadas e hotéis construídos nos últimos anos. Embora esse dado possa ser positivo para o desenvolvimento do turismo, por outro lado, se tornou bastante negativo no que diz respeito à proteção ambiental, a manutenção das características originais da antiga vila de pescadores e a carência de infraestrutura em geral (CONDER, 1998).

A rua principal muda de cara, em resposta à grande demanda, boa parte das casas se transformam em pontos comerciais. Essa movimentação é tão marcante que, em 1997, nessa via, apenas 44 casas permaneciam exclusivamente residenciais, enquanto, 36 eram apenas comerciais e 19 eram residenciais com a frente transformada em comércio (AZEVEDO, 1997).



Foto 01 – Rua principal da vila

A desordem impera, os imóveis a cada dia avançam ocupando as ruas, tornando-as mais estreitas, pois não existe nenhum controle e fiscalização por parte da Prefeitura. As fotos 01 e 02 mostram aspectos da rua principal da vila, onde se encontra a maior movimentação e demanda turística e pode se perceber a atual tipologia das casas.



Foto 02 – Tipologia das casas

O sistema viário é composto de quatro vias básicas, transversais à praia, interligadas por ruas estreitas, vielas, becos e caminhos; sem nenhuma pavimentação, exceto um pequeno trecho de acesso a pracinha da igreja. Na alta estação ou nos “feriadões”, a grande quantidade de carros afeta sensivelmente a vila, sobrecarregando as ruas pela falta de estacionamentos e competindo com o pedestre ao tirar seu espaço e liberdade.

2.2. A população moradora e a degradação ambiental

As diferenças sociais são marcantes: de um lado os novos moradores, muitos estrangeiros ou do sul do país, que trabalham com turismo, sendo donos de lojas, pousadas e restaurantes. De outro lado estão os nativos, que acabam sendo incorporados como mão-de-obra no empreendimento dos de “fora” ou com seu próprio negócio, porém de lucratividade muito menor. Há um contraste muito acentuado entre as moradias dos de “fora” e dos nativos e os lugares que cada grupo frequenta.

A intensidade dos processos de degradação ambiental que acompanha a urbanização de áreas turísticas tem resultado em crescente vulnerabilidade desses espaços, agravado pela especulação imobiliária que inflaciona o custo dos terrenos no entorno e, em geral, não existe ou não é seguido um planejamento ou diretrizes para evitar esse processo de degradação ambiental e, que, finalmente vai repercutir na população moradora da área, que, na maioria das vezes, é quem mais perde.

O desenvolvimento de sítios turísticos gera uma série de impactos sobre os padrões demográficos da localidade receptora, decorrentes da concentração da população e da migração sobre o local, constatando-se, muitas vezes, mudanças na qualidade ambiental urbana como foi apontado, em estudo desenvolvido pela URPLAN em 1997 (LOYOLA, 1999) para Porto Seguro e que já se percebe vários desses aspectos ocorrendo em Praia do Forte:

- falta de controle sobre os novos assentamentos;
- favelização;
- invasão de terras privadas ou inadequadas para urbanização;
- sobrecarga da infra-estrutura existente;
- superprodução de esgoto e lixo e conseqüente poluição;
- massificação das áreas de lazer e praia;

- declínio da auto-estima da comunidade local e desestruturação social;
- incapacidade de gestão do problema por parte do Poder Público municipal.

Outros problemas ainda podem ser identificados: especulação imobiliária, perda de posse de terras pelos nativos, dificuldade de acesso ao mar (cercamento, tentativas de privatização de praias), segregação espacial dos locais (periferia, longe do mar, favelas), aumento do nível de ruídos, excesso de carros, incompatível com a capacidade das ruas etc.

3. A SITUAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA E A QUALIDADE AMBIENTAL

Pela característica peculiar do município - sede localizada no interior e um litoral de orla exuberante - a Prefeitura em sua estrutura administrativa mantém uma coordenação em Praia do Forte, responsável pelos serviços de coleta, limpeza de logradouros e de praias e destinação final do lixo gerado na localidade. Essa operação dos serviços de forma descentralizada visa melhorar o atendimento e agilizar a coleta (PREFEITURA, 1999a).

A coleta do lixo doméstico é diária, com apenas um roteiro, mas não existe pontualidade e respeito aos horários de coleta. O serviço apresenta uma relativa performance apenas na rua principal, onde se concentram as atividades ligadas ao turismo. Na periferia da vila, onde está a população pobre, a coleta não é regular, sem uma previsão bem definida de horários e, como não existe credibilidade em relação ao funcionamento do serviço, a população deixa o lixo nas ruas. Isso provoca o surgimento de pontos com grande acúmulo de lixo, além do seu espalhamento pelas ruas.

A população residente em trechos que não tem coleta de lixo, ruas estreitas ou sem acesso a veículos, utiliza o critério da conveniência para transferir o lixo para o local de transbordo na via pública (ponto de lixo localizado noutra rua). Isto mostra as dificuldades que o habitante de áreas de difícil acesso tem para transferir o lixo de suas residências para o local de transbordo na via pública, que se localiza noutra rua e distante de suas residências (V. Foto 03).



Foto 03 – Ponto de lixo

O espaço inadequado ou inexistente para acondicionar e estocar lixo interfere no sistema de manejo de resíduos sólidos domésticos na via pública. Além desses problemas a população com baixo ou sem rendimento acondiciona o lixo domiciliar para a coleta em baldes, latas, cestos, sacos plásticos, caixas e toda sorte de recipientes (V. Fotos 04, 05 e 06), espalhados pela vila praticamente o dia inteiro.

Existem ao longo de toda a extensão da orla cerca de 70 contêineres públicos, com capacidade variando entre 100 e 240 litros (PREFEITURA, 1999a). Tais recipientes, por permanecerem fixos no mesmo local e à disposição da população, acabam se constituindo em pontos de

acúmulo de resíduos, visto que, uma vez cheios, a população deposita o lixo no chão, ao lado dos mesmos.



Foto 04, 05 e 06 – tipos de recipientes utilizados para acondicionar o lixo

Quanto aos entulhos das obras, estes não têm um sistema programado de coleta, constatando-se a ocorrência de entulho por toda parte, além da colocação de material de construção indevidamente pelas ruas, face ao número grande de reformas e novas construções. As podas também são colocadas na rua sem o mínimo cuidado, achando a população que é obrigação da Prefeitura providenciar o descarte dos entulhos e das podas.

Os loteamentos no entorno da vila têm seus serviços de limpeza feito pelo próprio condomínio, vinculado a Fundação Garcia D'Ávila. Mesmo sendo destinados a uma população de média e alta renda, esses loteamentos também não se encontram em boas condições de limpeza. Existem cestas de madeira para cada casa colocar o seu lixo, entretanto, as podas, entulhos e material de construção encontram-se dispostos aleatoriamente pelas ruas dos loteamentos. As pousadas localizadas nesses espaços, também, têm seus resíduos recolhidos pelo condomínio sem nenhum custo extra.

3.1. A produção e caracterização do lixo

O lixo da região apresenta um alto teor de matéria orgânica (cerca de 63%) e mais de 21% de material reciclável. A taxa de geração *per capita* para o lixo domiciliar foi estimado pelo Plano de Gestão em 2.160g/hab.dia, que não é compatível com o perfil sócio-econômico da população residente, demonstrando a forte influência da população flutuante, na produção de

resíduos sólidos urbanos da região. Quando incluída essa população, essa taxa passa a ser 560g/hab.dia (PREFEITURA, 1999a).

A geração *per capita* para o total de lixo urbano é da ordem de 1.145g/hab.dia compatível com as características da área que tem uma população flutuante e de renda alta (PREFEITURA, 1999a). A vila gera aproximadamente 5t/dia de lixo doméstico.

Numa comparação dos custos anuais com limpeza urbana, a sede do município apresenta um valor de R\$ 27,92 por habitante e o litoral R\$ 87,06, um patamar elevado, resultado de grande variação de população, que acontece em áreas com acentuado fluxo turístico e a baixa concentração populacional da região (PREFEITURA, 1999a).

3.2. O projeto de coleta seletiva

Em alguns pontos do povoado foram disponibilizados tonéis para a coleta de metais, vidro, papéis e plásticos, sistema implantado por uma ONG ambiental (RECITEK), através de convênio com a Prefeitura e com financiamento da Caixa Econômica Federal. A ACOMEA (Associação Comunitária de Educação Ambiental), criada com o estímulo do trabalho desenvolvido pela RECITEK, vem há mais de dois anos coordenando a coleta e destinação do material selecionado, em parceria com a Prefeitura que disponibiliza uma caçamba, uma vez por semana, para recolher porta-a-porta o material reciclado e o conteúdo dos tonéis para levar ao chamado Galpão de Transbordo de Açú da Torre, onde o material é armazenado até a sua comercialização (RIZZO, 1999).

Quando o programa de coleta seletiva denominado Projeto MINTEGRA (Modelo Integrado de Educação e Gestão Ambiental) foi implantado, consistia basicamente de:

- coleta seletiva porta-a-porta, todas as segundas-feiras, na parte central da vila, abrangendo cerca de 320 moradias;
- implantação de 8 PEV (Postos de Entrega Voluntária);
- campanha de divulgação e conscientização junto aos moradores.

Hoje, após cerca de 3 anos de sua implantação, os tonéis, muitas vezes, estão acondicionando produtos diferentes do especificado nas tarjas, mostrando que a comunidade não parece empenhada na coleta seletiva. Por observação, passando pelas ruas, nota-se que a população não está separando o lixo em casa e não participa da campanha. Os PEV da vila estão se transformando em ponto de lixo, a exemplo do posto visto na foto 07, com lixo no seu entorno. Alguns dos postos foram desativados e existem, atualmente três postos na vila e dois na entrada dos loteamentos.



Foto 07 – PEV na rua principal



Foto 08 – PEV de um dos condomínios

A Fundação Garcia D'Ávila apoiou a iniciativa, com a instalação dos dois PEV na entrada dos condomínios (V. Foto 08), do incentivo em jornalzinho do condomínio e em correspondência individual aos veranistas para fazerem a coleta seletiva como contribuição para a preservação da natureza e do bem-estar comum. Além disso, nos cursos por ela oferecidos tem introduzido o tema para os moradores da vila. No entanto, esses dois PEV implantados ainda não contam com a adesão dos moradores dos condomínios.

3.3. Disposição final do lixo

Os resíduos coletados estão ainda sendo encaminhados, desde outubro de 1999, para o aterro de Camaçari, distante cerca de 50km de Praia do Forte, entretanto, já foi construído um novo aterro – Aterro Sauípe - localizado em Entre Rios (36km da vila), que deverá receber o lixo das localidades da região, incluindo o Complexo Costa do Sauípe.

O antigo lixão desativado estava encravado nas bordas de remanescente de Mata Atlântica, dentro da Reserva Ecológica de Sapiroanga. A eliminação desse lixão já pode ser considerada um aumento no nível de qualidade ambiental da região. Entretanto, o descarte de forma inadequada continua ocorrendo na região com lançamento de lixo em rios e mar. Cabe ressaltar que o comportamento não condiz com a consciência dos moradores, pois reportagem de jornal local de distribuição gratuita “Litoral Norte” (nº 69), um pescador local diz “o Rio Imbassaí ainda continua dando tainhas, robalos e tucunarés, mas nada que se compare à abundância das latas de cerveja e refrigerantes e sacos plásticos”.

3.4. Estudos e ações realizadas

O município possui um Plano de Gestão de Limpeza Urbana (PGLU), elaborado pela CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) para a sede e sua região litorânea que, no entanto, não foi implementado, até o momento. É um plano convencional e não trata a vila de forma distinta para buscar soluções ou tecnologias apropriadas, considerando sua especificidade de vila turística com alta geração de lixo num período e baixa em outro. Apresenta um único roteiro de coleta, passando por algumas ruas, que não têm condições de passar veículos. Isso devido ao pouco conhecimento dos técnicos que elaboraram o plano sobre a vila e, ainda, a falta de envolvimento da prefeitura e da comunidade no processo de elaboração do documento.

De acordo com o Plano de Manejo da APA Litoral Norte, compete à CONDER, em parceria com os municípios, realizar campanhas de conscientização da população quanto aos riscos envolvidos com o lançamento do lixo nas águas da região. O projeto APA Litoral Norte junto com a Secretaria de Turismo/BAHIATURSA desenvolveram vários cursos e treinamentos visando capacitar e conscientizar a população local.

Além disso, há pelo menos quatro verões, a CONDER vem colocando à disposição da Prefeitura de Mata de São João recursos, técnicos, equipamentos que colaboram na coleta domiciliar e na limpeza de praias, buscando dar maior eficiência ao sistema de limpeza urbana durante a alta temporada de verão, através do programa denominado Operação Verão.

Nos dois primeiros anos, o programa era executado diretamente pela CONDER e em paralelo a limpeza da vila era oferecido um programa de educação ambiental. Nos dois últimos anos, esse programa ficou reduzido a limpeza da vila, com a preocupação apenas de manter limpo o local. Assim, o caminhão passa muitas vezes num mesmo local, acostumando ainda mais a população a não ter horário para colocar o lixo. O que ocorre é que os pontos de lixo, fora da rua principal e turística, ficam constantemente cheios de lixo. Após o verão, quando não existe mais a participação da CONDER, as condições de limpeza da vila tornam-se piores.

4. CONCLUSÃO

Os diversos modos de relação do homem no curso deste período com o espaço natural, posteriormente transformado em espaço urbano, refletiu-se na crescente degradação ambiental de Praia do Forte. A ocupação desordenada do solo é um tipo de degradação entre muitas outras. As políticas ambientais têm que trabalhar no controle da degradação como um todo, tentando enxergar os fatores que alteram a qualidade ambiental. A questão é compatibilizar a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento econômico, que vem ocorrendo.

Percebe-se que houve uma grande mudança na antiga vila de pescadores e com isso a desestruturação da comunidade que vivia da pesca e estava ligada a Salvador pela via marítima. Não houve uma preocupação em manter essas características, pois a mudança foi muito intensa.

A identificação do cidadão com sua cidade é uma condição básica para deter a degradação ambiental (ALVA, 1997) e como houve um intenso crescimento em Praia do Forte, com o acréscimo de população vinda de fora, com outra cultura, e de certo modo expulsando a população local para a periferia, e provocando a perda de identidade e cultura.

Apesar da degradação ambiental porque passa Praia do Forte e de uma série de impactos sofridos pela população local, existe uma tendência a garantir uma melhor qualidade ambiental, a partir do envolvimento de instituições particulares e públicas que têm como finalidade a transformação da vila numa comunidade ecoturística. Buscou-se através de algumas iniciativas preservar alguns espaços, a exemplo das unidades de conservação que foram criadas, além da promoção de treinamentos e capacitação da população moradora.

Mesmo sendo uma vila pequena com um fluxo turístico intenso e o turista considerando como sofisticação o rústico, a qualidade ambiental urbana ainda está longe de ser considerada boa, principalmente, no que diz respeito ao sistema viário, estacionamentos, áreas públicas, drenagem, paisagismo, preservação ambiental e a ocupação do solo.

O lixo é uma questão sanitária que envolve não somente uma atuação decisiva do Poder Público, como está diretamente relacionada com o padrão educacional da população. Um dos maiores problemas urbanos é a geração crescente de resíduos e a solução para dispor adequadamente esses resíduos. Além disso, quanto mais civilizado e rico, mais se gera lixo, parecendo haver uma relação direta entre renda e maior geração de lixo. No caso de Praia do Forte que tem uma população flutuante rica e uma residente pobre, resulta então numa elevada geração de resíduos, apresentando uma média *per capita* de 1.145 g/hab.dia.

Foram implantados alguns programas de educação ambiental e iniciado um programa de coleta seletiva, entretanto, até o momento, as ações reais não foram suficientes para conter a crescente quantidade de lixo jogada nos rios e mares, nem criou uma maior conscientização nos moradores, que continuam a ter uma posição de se livrar simplesmente do lixo, do entulho ou das podas sem o menor cuidado com seu povoado.

Cabe ressaltar que, enquanto estas campanhas não conseguirem transformar cada um dos moradores em fiscais municipais, todo o investimento feito será perdido, pois na temporada seguinte haverá uma nova leva de turistas com os mesmos hábitos nocivos de predação do meio ambiente, a não ser que enxergue o bom exemplo dos moradores locais.

Fica comprovado que não é apenas a população pobre que não cuida do lixo, mas a população de poder aquisitivo maior, também, dispõe seu lixo de forma inadequada, numa atitude de se livrar dele e deixar para a Prefeitura ou o condomínio resolver. O entulho e podas dos

condomínios também são colocados à toa, desconhecendo o fato desse lixo ser de responsabilidade do gerador descartá-lo. A quantidade de material encontrado sem disposição adequada nos loteamentos é comparada ou até maior do que o da população pobre.

Diante dessa situação, conclui-se que alguma coisa está errada, tornando-se necessário buscar novas formas de gestão, que viabilizem esses sistemas por meio de uma maior participação e envolvimento do cidadão e da sociedade organizada.

Atualmente está sendo enfatizado por vários autores (MORAES, 2000; LARDINOIS e KLUNDERT, 2000) a busca de um novo paradigma para o manejo adequado dos RSU, argumentando-se sobre o erro de se tratar de forma parcial tal problemática. A proposta é a **Gestão Integrada e Sustentável dos Resíduos Sólidos (GISRS)**. Integrada porque amplia o tradicional sistema de coleta para a chamada "hierarquia de gestão de resíduos sólidos" que prioriza as diferentes formas de tratamento dos resíduos (minimização, reutilização, reciclagem e disposição final), além de incluir o compromisso e participação de todos os atores urbanos no processo de planejamento e implementação (pública, privada e comunal). O sistema sustentável se adequa as condições locais em vários aspectos: técnico, social, econômico, financeiro, institucional e ambiental e é capaz de se auto sustentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVA, Eduardo Neira. Metropolis (in) sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 164p.

AZEVEDO, Leonardo Oliveira. **Por que os caretas não morreram na praia?** um estudo sobre os caretas de Praia do Forte. Salvador: UNEB, 1997 (monografia de curso de Comunicação Social).

BORJA, Patrícia Campos. Metodologia para avaliação da qualidade ambiental urbana. In: CONGRESO INTERMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, XXVI. LIMA/Peru, 1998.

CONDER. **Termos de referência para o projeto de urbanização e recuperação ambiental de Praia do Forte.** Salvador, 1998 (xerox).

LARDINOIS, Inge, van de KLUNDERT, Arnold. **Integrated sustainable waste management (ISWA).** The Netherlands: Waste, 2000. 7p. (mimeo)

LOYOLA, Elizabeth. **Panorama econômico da sub-região Litoral Norte.** Salvador, 1999 (documento preliminar).

MORAES, Luiz Roberto Santos. Impacto na saúde do acondicionamento e coleta dos resíduos sólidos domiciliares. In: CONGRESO INTRAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, XXVI. Lima/Peru, 1998.

_____. **Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos: um novo paradigma.** In: CONGRESO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE NA BAHIA, II. Salvador, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO. RESOL ENGENHARIA LTDA. **Plano de gestão de limpeza urbana.** R1 – Caracterização urbana regional. Rio de Janeiro, março/1999.

_____. **Plano de gestão de limpeza urbana.** Caracterização do atual sistema de limpeza urbana. Rio de Janeiro, setembro/1999a.

RIZZO, Nísia Alejandra. **Coleta seletiva é realidade em Praia do Forte.** Jornal Litoral Norte. Ano I, nº 3. Salvador, 21/10/99.

ZMITROWICZ, Witold. ANGELIS NETO, Generoso de. **Infra-estrutura Urbana.** 36p (texto técnico da Escola Politécnica da USP). São Paulo: EPUSC, 1997.